



ANÁLISE DOS IMPACTOS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA ALIMENTAR NAS PRODUÇÕES DE PEQUENO PORTE E ARTESANAL SOB DIFERENTES CONFIGURAÇÕES ORGANIZACIONAIS DE PRODUTORES

Pesquisadora: Thayná Caroline Baldini Guedes

Orientador: Paulo Eduardo Moruzzi Marques

Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”

thayna.guedes@usp.br

Objetivos

A pesquisa teve como objetivo desenvolver uma análise da produção artesanal de produtores de pequeno porte e dos bloqueios que enfrentam para se inserirem no mercado formal. As entrevistas ocorreram com produtores independentes e filiados a cooperativas. Os objetivos específicos deste trabalho dizem respeito à realização de um levantamento de referências analíticas em torno da construção da legislação sanitária brasileira, enfatizando a lógica de seus aspectos técnicos, que são desproporcionais para os produtores de alimentos artesanais e familiares; exame, através de entrevistas com produtores, dos entraves e consequências da legislação sobre o processo de formalização da produção artesanal; consideração de perspectivas dos interlocutores sobre suas produções, com ênfase sobre a maneira de lidar com processos de controle de qualidade e de “Boas Práticas de Fabricação” (BPF); e, por fim, análise com base na abordagem cognitiva de políticas públicas sobre os referenciais em torno do desenvolvimento, fortalecimento e inclusão produtiva da produção artesanal e familiar.

Métodos e Procedimentos

Foram utilizados dois métodos: a constituição de referências analíticas baseadas em levantamento bibliográfico e a aplicação de entrevistas de tipo relato de vida para a coleta de depoimentos de produtores artesanais e familiares de alimentos. A Abordagem Cognitiva das Políticas Públicas se constituiu como principal referencial teórico-metodológico enquanto ferramenta capaz de identificar, através da conceituação de “referencial”, orientações para a ação de atores implicados neste determinado campo de debate político. Quatro parâmetros da teoria foram considerados na estruturação dos referenciais, a saber: valores, normas, algoritmos e imagens. Estas categorias permitem um exame instigante das características da ação pública, aqui voltada para adequação de normas para a produção artesanal de alimentos.

Resultados

Os pontos considerados mais pertinentes levantados durante as entrevistas, considerando elementos obtidos nos estudos de literatura, foram organizados nos seguintes pontos: 1. características gerais dos produtores; 2. características da produção artesanal e; 3. entraves da produção artesanal.



Dentre elementos importantes identificados, convém citar: a alta “taxa de mortalidade” em pequenos empreendimentos; as dificuldades financeiras enfrentadas pelos produtores; a importância do cooperativismo e do associativismo; formas de sobrevivência e resistência para a atuação produtiva; conhecimentos práticos e técnicos dominados pelos produtores; circuitos curtos de comercialização; saudabilidade dos produtos artesanais; diversidade da produção; relevância do acesso ao mercado formal e às compras públicas; dificuldades de formalização da produção de pequeno porte notadamente a nível municipal; competição desigual com grandes empresas; monopolização do mercado; dificuldades de adaptação da infraestrutura para a formalização.

Conclusões

Com as entrevistas realizadas junto a produtores familiares e artesanais, foi possível estudar pontos concretos de suas dificuldades em paralelo com a literatura especializada. Desta forma, foram evidenciadas diversas modalidades de barreiras existentes para o funcionamento e a reprodução de estabelecimentos familiares realizando processamento de alimentos artesanais. Entre os principais entraves, é pertinente salientar a complexidade da legislação sanitária, que torna as relações sociais, econômicas, ambientais e culturais ainda mais complicadas para a manutenção dos estabelecimentos em estudo. A adequação das normas sanitárias ultrapassa então questões práticas e deve considerar outras dimensões, tais como hábitos alimentares, lógicas mercantis de produção e comercialização, perspectivas sobre a relação sociedade e natureza, participação social e democracia. É inegável a responsabilidade do poder público com vistas à inclusão produtiva dos produtores familiares artesanais, considerando diretrizes de Segurança Alimentar e Nutricional. Enfim, referenciais setoriais emergentes de políticas públicas são

favoráveis para estabilizar tais produções, mesmo em quadro de incertezas e tensões. Trata-se de uma perspectiva de sustentabilidade forte, que pode promover especialmente o fortalecimento da organização coletiva enquanto elemento central para o desenvolvimento da produção artesanal e familiar.

Agradecimentos

Presto meus agradecimentos aos participantes das entrevistas; ao meu orientador; à CAPES pelo apoio financeiro; e à minha família e amigos por estarem sempre ao meu lado.

Referências

- CINTRÃO, Rosângela Pezza. Segurança alimentar, riscos, escalas de produção - Desafios para a regulação sanitária. (2017). *Vigilância Sanitária Em Debate*, 5(3), 3-13. Disponível em: <https://doi.org/10.22239/2317-269X.00971>
- CRUZ, Fabiana Thomé da. Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 58(2), e190965, 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.190965>
- GUEDES, Thayná Caroline Baldini. Análise dos impactos da legislação sanitária alimentar nas produções de pequeno porte e artesanal sob diferentes configurações organizacionais de produtores. Dissertação de Mestrado - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2026.
- JOBERT, B. e MULLER. P. L'Etat en action. Politiques publiques et corporatismes. Paris, Presses Universitaires de France, 1987: 242 p.